

A PRESENÇA DE ESTUDANTES TRAVESTIS NA ESCOLA: DISCURSOS E PRÁTICAS DE SILENCIAMENTO

Cláudio Eduardo Resende Alves, PUC Minas/Brasil, cadupbh@gmail.com

Maria Ignez Costa Moreira, PUC Minas/Brasil, maigcomo@uol.com.br

RESUMO: Apresentamos um relato reflexivo, numa perspectiva teórica e prática, das investigações de campo realizadas, no ano de 2014, com profissionais de uma escola pública do município de Belo Horizonte/Brasil que possuía uma estudante travesti matriculada. A presença da estudante produziu desestabilidades na estrutura hierárquica e hegemônica educacional calcada em critérios classificatórios que invisibilizam e silenciam a diversidade sexual nos currículos e na própria arquitetura escolar. Dentre os desafios encontrados no cotidiano escolar, destacamos o uso interpessoal do nome (social) – aquele escolhido pelo sujeito, uma vez seu nome civil é incongruente à sua identidade de gênero – e o uso do banheiro da escola por estudantes que não se enquadram no binarismo masculino/feminino, se configurando como importantes analisadores institucionais do universo educacional. Percebemos uma grande lacuna entre as políticas públicas educacionais que funcionam como uma espécie de intervenção psicossocial na escola e prática social cotidiana entre docentes e discentes.

Introdução

Apresentamos nesse artigo um recorte da pesquisa de Doutorado em Psicologia na PUC Minas/ Brasil que tem como objeto de investigação a inclusão de estudantes travestis e transexuais nas escolas por meio de políticas públicas educacionais, em especial, a Resolução CME/BH N° 002 do Conselho Municipal de Educação (Belo Horizonte, 2008) que legaliza o uso do nome (social) por tais estudantes. Por nome (social) entende-se aquele nome escolhido pelo sujeito trans, uma vez seu nome civil é incongruente à sua identidade de gênero. Optamos pela grafia “nome (social)” por considerarmos que todo e qualquer nome tem um caráter social intrínseco ao inserir o sujeito na cultura. A investigação sobre a presença de uma estudante travesti numa escola municipal brasileira sinalizou fissuras na estrutura hegemônica da instituição escolar calcada em critérios classificatórios que invisibilizam e silenciam a diversidade sexual nos currículos, nas práticas pedagógicas e na arquitetura escolar. Além do uso legalizado do nome (social), o uso do banheiro da escola por estudantes trans que não se enquadram no binarismo de

gênero, se configuraram importantes analisadores institucionais (Lourau, 1995) do universo educacional. Como aporte teórico, utilizamos autores do campo de estudos pós estruturalistas de gênero que problematizam concepções naturalizadas e naturalizantes de sexo e gênero e, como metodologia investigativa, a observação participante, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversação com profissionais da educação.

Travestis: uma categoria em construção

Não existe um consenso entre estudiosos do campo de gênero ou entre representantes do movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) sobre uma possível definição unívoca do termo “travesti”. Os conceitos são fluídos e, muitas vezes, personalizados, possibilitando diferentes leituras e contornos subjetivos. Segundo Leite (2011), o termo “travesti” é uma palavra de origem francesa, com possível origem no século XVI, usada preferencialmente para designar a ideia de disfarce e rapidamente associada ao campo teatral e artístico. Peres (2009) concebe travestis como sujeitos que se identificam com a imagem e o estilo do sexo oposto ao seu, apropriando-se de indumentárias e adereços estéticos do sexo oposto. Diferentemente das transexuais que demandam a cirurgia de redesignação sexual. No Brasil, sendo a travestilidade um quesito de auto declaração, existem múltiplas formas de ser e de sentir travesti, independentemente da realização ou não da cirurgia de redesignação sexual. Bento (2009) contrapõe o termo travestis com o termo transexuais ao apontar que os modelos de feminilidade em jogo são diferentes, enquanto para as transexuais a feminilidade é considerada legítima, para as travestis a feminilidade é considerada vulgar, exagerada e promíscua. Os corpos construídos artificialmente (Breton, 2008) sugerem possibilidades de multiplicação de expressões de gênero, tidas como sexualidades dissidentes. Os processos de estigmatização que travestis

sofrem são decorrentes do rompimento com os modelos previamente dados pela normatização da sexualidade, ficando com isso marcados negativamente e desprovidos de direitos a ter direitos, sendo, por isso, denominados de corpos abjetos (Butler, 2006).

Na história do Brasil colonial (Leite, 2011), são encontrados registros de pessoas que transitavam entre os gêneros, especialmente por meio de roupas e adornos, desde os tempos do descobrimento e da colônia, quer seja entre os índios, os negros escravizados ou na variada população urbana do século XVIII e XIX. O autor aponta três vertentes em que havia uma permissão social que legitimava o trânsito entre os gêneros: o campo religioso, as comemorações populares e a área do espetáculo e do teatro. Sendo essa última uma reiteração da ideia da travestilidade associada ao universo do disfarce, da ambiguidade e no limite da representação artística de uma farsa (Alves & Moreira, 2014).

Na Europa, com destaque para as óperas venezianas nos séculos XVI e XVII, a travestilidade em cena era um dos recursos essenciais ao teatro falado e cantado (Costa, 2008). Na dramaturgia operística italiana, as personagens das velhas amas de leite nas óperas venezianas seiscentistas eram interpretadas por homens. Segundo a pesquisadora musicista Ligiana Costa (2008), a performance artística da travestilidade entra em cena numa interlocução, ainda que regulatória, com os caracteres sexuais secundários do corpo fisiológico, uma vez que as amas de leite em fase de pós-menopausa tinham a voz modificada, tornando o timbre mais masculino. Por isso, a escolha de homens para encenar o papel, obedecendo, de certa forma, a lei da verossimilhança.

O corpo é tomado como um substrato para as expressões de gênero e para a vivência das sexualidades, se tornando ele mesmo um elemento fluido e manuseável no processo de subjetivação. O corpo se torna assim, um instrumento político e ideológico do universo das

travestis, um corpo rascunho (Breton, 2008) em permanente transformação. Pelúcio (2009) argumenta que travestis se apropriam das tecnologias de modificação corporal, subvertendo as regras de normatização da sexualidade, produzindo novas formas de inteligibilidade sobre os corpos. Como nos aponta Preciado (2014), travestis representam uma incorporação desviante da matriz heteronormativa que transforma corpos de homens em outra coisa, que não o de mulheres, e que nem seguem sendo homens. Nesse trânsito entre o universo masculino e o universo feminino, sujeitos travestis despertam olhares, provocam desconfortos e subvertem o sistema de poder institucionalizado em nossa sociedade, produzindo outras formas de pensar a relação entre corpo, sexo e gênero.

Cenário da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada numa escola integrante da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte/Brasil, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos no turno da noite, ao longo do ano de 2014. A escolha dessa escola se configurou, exclusivamente, em função da presença de uma estudante travesti matriculada. A dificuldade em identificar escolas com estudantes travestis no município supracitado, sinaliza o baixo índice dessa parcela da população no espaço educacional. Segundo dados do Sistema de Gestão Escolar (Secretaria Municipal de Educação, 2015), o número de estudantes travestis tem diminuído com o passar dos anos, em 2012 foram mapeados 12 estudantes num universo de 200 escolas municipais com cerca de 100.000 estudantes. No ano de 2013 esse número desceu para 5 estudantes e no ano seguinte, em 2014, o número encontrado foi de 2 estudantes. A presença, ainda que pequena, de estudantes travestis nas escolas é um efeito da Resolução CME/BH N° 002 (Secretaria Municipal de Educação, 2008) que legaliza o uso do nome (social) trans nos documentos internos das escolas. A Resolução, como um texto prescrito de caráter legal, garante o acesso à escola, entretanto, não

garante a permanência, nem a conclusão dos estudos. É importante salientar que, segundo um monitoramento realizado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, nem todas as estudantes travestis matriculadas completam o ano letivo, abandonando a escola ao longo do ano letivo, quer seja por questões pessoais ou por conflitos internos decorrentes de tensões nas relações interpessoais entre docentes, discentes e funcionários administrativos.

Nossa participação na rotina escolar durante o processo investigativo teve como intencionalidade a observação, a análise, a interação e o registro de como as dinâmicas relacionais são produzidas e como constituem os sujeitos escolares. Nesse sentido, uma postura observadora que provoque o estranhamento no cotidiano escolar e o incentivo à conversação entre os atores sociais são fundamentais como estratégias de flexibilidade dos procedimentos metodológicos. Para a realização das estratégias metodológicas, obtivemos a colaboração da diretora e da coordenadora pedagógica das escolas, que nos forneceram suporte, estrutura física e logística. Como é de praxe no Comitê de Ética da universidade, é importante destacar que a identidade dos participantes foi mantida em sigilo, sendo que todos autorizaram o uso dos dados coletados desde que publicados sob pseudônimos.

Caso Sofia: uma estudante travesti

Sofia é uma estudante de 30 anos, autodeclarada travesti, prostituta e com passagem na polícia civil pelo envolvimento em briga com arma na rua. Ela utilizava uma tornozeleira eletrônica de monitoramento policial e havia recebido uma ordem judicial, como parte da pena iniciada na prisão, que a obrigava a continuar frequentando a escola. Porém, na prática, segundo relatórios escolares e o próprio livro de chamada, essa frequência era irregular. A estudante congrega uma série de características peculiares na vida que atuam como uma espécie de

discriminação multifatorial, tornando-a vulnerável a diversas expressões de preconceito. Ao fato de ser travesti agrega-se a profissão altamente discriminada de prostituta, bem como a passagem pela prisão do município. Essa diversidade é característica da modalidade da Educação de Jovens e Adultos que atende um público historicamente excluído do sistema regular de ensino, porém, no cotidiano escolar, muitas vezes, a diversidade é tomada como sinônimo de desigualdade, acirrando as assimetrias sociais que reiteram o processo de exclusão.

Na entrevista com a estudante, sua autodescrição se configurou assim:

(...) meu nome é Sofia, mas só na rua quando estou trabalhando com prostituta (...) aqui na escola eu sou menino mesmo, uso meu nome de registro Tomar, prefiro separar as coisas. Aqui eu uso calça jeans, uma blusa e as vezes passo maquiagem (...), na rua é diferente (comunicação pessoal, maio 23, 2014).

A narrativa da estudante nos revela o trânsito entre os universos masculino e feminino, reconhecendo seus limites pessoais e seus territórios de pertencimento. Segundo ela, o uso do nome (social) Sofia revela uma identidade feminina que dialoga com o trabalho de prostituta, num jogo performático de gênero (Butler, 2006) que se reflete nas roupas e no comportamento. Enquanto no território escolar, esse nome se esvazia de sentido, cedendo espaço para Tomar, sua identidade masculina conectada aos saberes da ciência e da razão. A pluralidade, fluidez e transitoriedade das subjetividades trans colocam em xeque até mesmo políticas públicas elaboradas para a diversidade sexual, pois a estudante apesar de ter o direito de usar seu nome (social) Sofia na escola, prefere usar seu nome civil Tomar. Nessa perspectiva, o binarismo de gênero é reiterado, restabelecendo uma hierarquia entre a identidade de gênero e sua inscrição no corpo, ou seja, homens possuem pênis e são masculinos, enquanto mulheres possuem vagina e são femininas. Qualquer variação nessa continuidade normativa é deslegitimada, produzindo corpos e identidades à deriva da sociedade.

A presença de Sofia no cotidiano educacional desestrutura a normatização da sexualidade

inerente à instituição escolar. A regularidade supostamente existente entre o sexo anatômico, a identidade de gênero e a orientação sexual se fragmenta, evidenciando outras expressões da sexualidade. Com isso, novas formas de ser e de estar no mundo se apresentam e demandam legitimação.

O desconforto provocado pela estudante na escola fica evidente nas falas de alguns profissionais da escola. A própria escolha do artigo (o ou a; uma ou um) ou do pronome pessoal (ele ou ela) na descrição da estudante apontam para as incongruências e fissuras nas normas gramaticais de gênero. A professora Nazaré nos apresentou a estudante Sofia da seguinte forma:

Ele é feminino, mas *tá* na cara que é um travesti (...) não é tímido, se expressa, chega a ser agressivo as vezes. Ele ainda tem barba, então é homem (...) de costas, ele é uma menina, mas de frente você vê que tem algo diferente (...) é difícil de definir, me embaraço toda (...) acho que é homem, mas transformou (comunicação pessoal, abril 17, 2014).

O “entre lugares” ocupado pela estudante Sofia produz discursos de estranhamento na escola que, ao invés de resignificar posturas e opiniões, acabam por reproduzir preconceitos e atitudes discriminatórias. A instituição escolar não é apenas o lugar onde se realiza a reconstrução do conhecimento (Santomé,1995), mas, o lugar onde se reflete criticamente acerca das implicações políticas e sociais desse conhecimento. O jogo performático de gênero - de costas é uma coisa, de frente é outra -descrito pela docente sinaliza indícios da busca por uma coesão diante de uma ficção que rompe com a norma (Preciado, 2014).

Outro episódio vivenciado por Sofia que gerou tensão nas relações interpessoais ocorreu com o porteiro que a interceptou na entrada da escola, pois, sendo novata, ainda não possuía a carteirinha da escola. O porteiro Jorge nos descreveu a cena:

Eu discuti com ele um dia que ele não tinha a carteirinha para entrar. Eu não quero atrito com ninguém, mas a regra é para todos (...) são as regras de funcionamento da escola, sou segurança há muitos anos, sei como agir (...) depois dessa história eu nem peço mais a carteirinha para ele (comunicação pessoal, maio 29, 2014)

Novamente a chamada “regra” é tomada como verdade sem qualquer possibilidade de ressignificação, o fato de Sofia não ter a carteirinha da escola por ser novata, não justifica a agressividade do funcionário, nem a desconsideração com a estudante. O discurso do poder reitera práticas discriminatórias tendo como base a hierarquia intrínseca à estrutura educacional. Professores, guardas, porteiros, coordenadores e diretores são figuras sociais ocupantes de posições de poder no cenário escolar, podendo produzir relações sociais de subalternidade e gerar práticas escolares que violentam e silenciam.

A transgressão não tem espaço numa instituição erguida à égide de normas de enquadramento, desde o currículo, passando pelo material didático até a arquitetura, que toma a diferença anatômica – pênis/homem – vagina/mulher - como o destino final determinista dos corpos, das identidades e também dos espaços públicos, como no caso dos banheiros.

Uso do banheiro na escola como um analisador institucional

Devido às constantes reclamações e conflitos gerados por alunos e alunas quanto ao uso do banheiro coletivo feminino e masculino por Sofia, a direção da escola optou por liberar para Sofia o banheiro de uso das funcionárias da secretaria, situado no prédio da administração. A princípio a decisão tinha o propósito de evitar atritos entre discentes, porém outro problema se configurou, as funcionárias da secretaria reclamaram, não por Sofia ser travesti, mas por ela ser prostituta. Segundo o senso comum, prostitutas são pessoas de classe social baixa, com pouco ou nenhum estudo e sem preocupação com a saúde, de onde advém a questão do uso ou não de preservativo e, por consequência, da transmissão de doenças sexuais pelo compartilhamento do banheiro.

Nesse sentido, o banheiro foi se configurando como um potente analisador institucional,

uma vez que sua materialidade sinaliza modos de produção de subjetividades muitas vezes ocultos do olhar conformado e submergido nas estruturas hierárquicas da instituição.

(...) analisador é tudo àquilo que permite revelar a estrutura da organização, provocá-la, forçá-la a falar (...) “analisadores” não surgem abruptamente, com puras encarnações da negatividade da instituição, mas se manifestam pouco a pouco em uma relação de oposição ou de complementaridade como “dirigentes” concorrentes ou rivais (...) o analisador é sempre material. O corpo é um analisador privilegiado. A institucionalização das relações entre meu corpo e o sistema de objetos é o que revela mais cruelmente a instância econômica no sistema institucional (Lourau, 1995, pp. 304-307, aspas do autor).

O banheiro atua como um pretexto para analisar a normatividade e a dissidência na escola, bem como as interseções delas decorrentes. Discursos e as práticas escolares produzem verdades e significados, revelam regras oficiais e extra-oficiais de convivência, evidenciam posições e relações hierárquicas, nomeam e legitimam condutas sociais. A análise institucional tem como proposta compreender uma determinada realidade social e organizacional por meio desses discursos e práticas (L’Abbate, 2012). Como analisador institucional o banheiro evidencia incongruências e fissuras na organização escolar que já lá estavam, apenas tinham sido naturalizadas, uma vez que são inerentes à estrutura hegemônica institucionalizada.

Na roda de conversação realizada com os funcionários da administração da escola, o guarda municipal Felipe apresentou sua opinião sobre a utilização do banheiro pela estudante:

Eu acho que tinha que ter um terceiro banheiro na escola, mas podem falar que não é certo, que isso é uma discriminação (...) mas ele é diferente mesmo dos outros, ele é especial (...) tem que ter um banheiro diferente (comunicação pessoal, maio 29, 2014)

A diferença é tomada como sinônimo de desigualdade no discurso do funcionário, o uso do termo “especial” mascara um preconceito por meio de uma linguagem ingenuamente cotidiana, desnudando mecanismos de produção de subjetividades que tem no binarismo de gênero e na heteronormatividade um modelo exemplar a ser seguido e, sobretudo, mantido como palavra de ordem. O cargo desempenhado pelo guarda, ou seja, aquele que guarda a lei, reflete um sistema

hierárquico que gera situações de injustiça social.

Quando consultada sobre a utilização do banheiro da escola, a estudante Sofia nos disse que preferia usar o banheiro de acessibilidade situado no pátio da escola, próximo das salas de aula, pois o banheiro do prédio da administração era distante. O uso do banheiro de acessibilidade foi polêmico entre os docentes, pois alguns alegavam que a discriminação seria reforçada, sinalizando a travestilidade como uma possível deficiência. O banheiro de acessibilidade, vale ressaltar, é antes de tudo um banheiro para pessoas com órgãos genitais que tem necessidades fisiológicas de excreção como todo ser humano. Sendo um banheiro destinado preferencialmente, e não exclusivamente, para cadeirantes ou pessoas com dificuldade de locomoção.

A hipótese de um terceiro banheiro, um banheiro para pessoas trans, sugerida por alguns docentes reitera o caráter segregador da sexualidade, classificando aqueles ditos desviantes ou dissidentes como um terceiro gênero ou terceiro sexo, numa proposta eugenista e higienista. A categorização dos sujeitos e de seus corpos numa escala hierárquica produz posições desiguais de gênero, beneficiando alguns em detrimento de outros. Assim, as subalternidades vão sendo construídas no e pelo discurso, reiterando sistemas de saber-poder (Foucault, 1988) que classificam, normatizam e produzem refinados e perversos mecanismos de exclusão social das diferenças.

Considerações Finais

Como vimos no caso de Sofia, práticas sociais de transfobia no ambiente escolar geram sofrimento, estigmatização e preconceito que afetam as relações sociais e pedagógicas, sendo fatores de marginalização e exclusão de indivíduos e grupos, colocando em risco o direito à educação e comprometendo as possibilidades de construção da cidadania. Algumas rotinas

escolares e concepções pedagógicas trazem representações binárias e hierarquizadas de gênero, baseadas na heteronormatividade, que atuam na construção dos corpos, dos sujeitos e das identidades, afetando todos os indivíduos (Louro, 2004). A experiência escolar desempenha um papel fundamental nos processos em que noções de masculinidades, feminilidades, heterossexualidades, homossexualidades, bissexualidades, travestilidades e transexualidades são socialmente construídas, interiorizadas, reforçadas e transformadas.

O processo de invisibilização a que estão submetidos travestis no ambiente escolar se estende ao uso do espaço escolar, como no crítico caso do uso (ou do não uso) dos banheiros. Segundo Junqueira (2009), é inquietante notar que alguém que não pode existir, nem ser visto, ouvido, reconhecido, respeitado e tampouco amado pode ser odiado. Diante do anseio de construção uma sociedade mais justa do ponto de vista ético e humanista, livre de preconceito e discriminação, é fundamental identificar e enfrentar as dificuldades que existem para promover os direitos humanos. Tomamos em Sullivan (1997) o conceito de pedagogia do insulto, um importante mecanismo de silenciamento e de dominação simbólica, contra a qual não existe fórmula, nem um único modelo de enfrentamento para o ensino. No enfrentamento às práticas de discriminação na escola, Perrenoud (2007), propõe a chamada lucidez profissional como forma de competência básica na busca pela igualdade de direitos no acesso e na permanência na escola, bem como na conclusão do processo educacional.

Os discursos e práticas discriminatórias vivenciados pela estudante Sofia no interior da escola culminaram no seu abandono da escola. Uma negação do direito de todo cidadão à uma educação de qualidade, corroborando assim com o fenômeno de exclusão social. O interdito a todo tipo de violência faz-se necessário como uma importante estratégia de rompimento com os mecanismos de silenciamento das diferenças na escola.

Referenciais:

- Alves, C. E. R., & Moreira, M. I. C. (2014). (Trans) narrativas de fronteira. *Revista Tear: Educação, Ciência e Tecnologia*, 3 (1), 01-15. Disponível em: <http://seer.canoas.ifrs.edu.br/seer/index.php/tear/article/view/153/79>
- Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (2008). Resolução CME/BH Nº 002/08. *Inclusão do Nome Social de Travestis e Transexuais nos registros escolares das escolas da Rede Municipal de Educação*. Secretaria Municipal de Educação.
- Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (2015). Relatório de dados discentes do último quadriênio. *Sistema de gestão escolar da Secretaria Municipal de Educação*. Belo Horizonte.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Breton, D. L. (2008). *Adeus ao corpo*. Campinas, SP: Papirus.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós Iberica.
- Costa, L. (2008). As velhas amas das óperas venezianas seicentistas: Um elo entre o teatro falado e cantado. *Per musi*, 17, 26-31. Disponível em: http://www.musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/17/num17_cap_03.pdf
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: A vontade de saber* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- Junqueira, R. D. (2009). *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: UNESCO.
- L'Abbate, S. (2012). Análise institucional e intervenção: Breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na saúde coletiva. *Mnemosine*, 8 (1), 194-219.
- Leite Jr., J., (2011). *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico*. São Paulo: Annablume.
- Lourau, R. (1975). *A análise institucional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Pelúcio, L. (2009). *Abjeção e desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*. São Paulo: Annablume.
- Preciado, B. (2014). *Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/06/beatriz-preciado-desprivatizar-o-nome-proprio-desfazer-ficcao-individualista/>.
- Peres, W. S. (2009). Cenas de exclusões anunciadas: Travestis, transexuais e transgêneros e a escola brasileira. In R.D. Junqueira, (Org.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Unesco.
- Perrenoud, P. (2007). *Pedagogia diferenciada*. São Paulo: Artmed.
- Santomé, J. T. (1995). *Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sullivan, A. (1997). *Praticamente normal: Uma discussão sobre o homossexualismo*. São Paulo: Companhia das Letras.